

PORTUGAL - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO E PERFIL DA DÍVIDA PÚBLICA

□ Face à redução dos custos de financiamento, o Tesouro português tem vindo a acelerar o programa de financiamento do ano em curso, encontrando-se, actualmente, numa situação muito confortável, caso se observe um movimento de maior turbulência nos mercados financeiros que possa reduzir o apetite dos investidores por dívida dos denominados países da periferia da zona euro. Se o Estado não emitisse mais dívida até ao final do ano, as necessidades brutas de financiamento de 2015 estariam cumpridas e as de 2016 já satisfeitas em 2.6 mil milhões de euros (9% do total).

□ Tendo por base a informação disponibilizada pelo IGCP, as necessidades financeiras de Portugal para 2015, estão preenchidas na sua totalidade. Considerando apenas:

- as emissões de 12.4 mil milhões de euros (mme) de OT's realizadas até Maio,
- os 2.2 mme de dívida colocada no retalho,
- o rollover dos BT's,
- e os depósitos do sub-sector Estado,

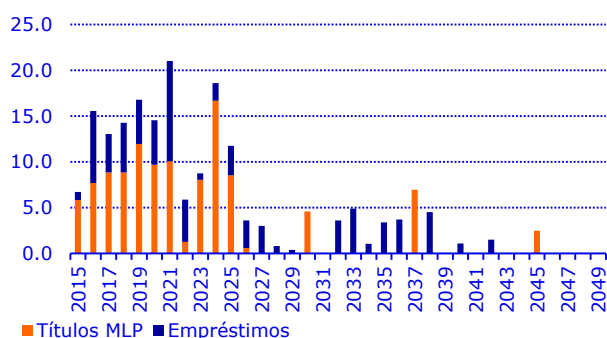
o estado português obteve 41.5 mme, para fazer face a necessidades de financiamento brutas de 39 mme (considerando que o encaixe de 3.9 mme relativos à venda do Novo Banco não se realiza). Nesta hipótese mais conservadora, a obtenção de financiamento adicional de 2.6 mme, representa cerca de 9% das necessidades brutas de financiamento de 2016, reduzindo estas para cerca de 27 mme. Contudo, considerando que o Tesouro cumprirá o programa de emissões de médio e longo prazo estabelecido para 2015, a folga disponível para 2016, aumenta para 8.2 mme, ou seja cerca de 28% das necessidades brutas de financiamento do próximo ano, reduzindo a necessidade de recurso a financiamento adicional para 21.6 mme.

□ Todavia, a folga do Tesouro português pode revelar-se mais positiva, caso se verifique, como o IGCP espera, o encaixe de 3.9 mil milhões de euros relativos à venda do Novo Banco. Neste caso, as necessidades totais de financiamento de Estado em 2015 reduzem-se para 35 mme, aumentando para 6.5 mme (cerca de 22%) a folga disponível para 2016 realizada nos primeiros cinco meses do ano, ou para 12.1 mme (cerca de 41%), no caso de o estado emitir os 5.6 mme de dívida de médio e longo prazo que ainda faltam para cumprimento do programa de financiamento de 2015.

□ Num cenário central, em que o Tesouro consegue cumprir o seu calendário e encaixe a devolução do empréstimo ao Fundo de Resolução, é provável que os depósitos do estado se mantenha em níveis confortáveis, em torno dos 10 mme.

Perfil de maturidade da Dívida Pública (MLP)

(mil milhões de euros)



■ Títulos MLP ■ Empréstimos
Inclui OTs e dívida titulada de empresas incluídas no perímetro das AP's

Fonte: Bloomberg

□ Para além da realização de leilões de OT's e das colocações sindicadas de dívida, o Tesouro português tem vindo a realizar um programa de troca de dívida com maturidades mas curtas por dívida com maturidades mais longas. Este ano o IGCP já trocou 6.6 mil milhões de euros com vencimentos em 2017 e 2018, por títulos que se vencem em 2024 e 2030. Este facto

Necessidades de Financiamento 2015-16

(mil milhões de euros)

	2015	2016
1. Necessidades de Financiamento Líquidas	7.3	4.4
Déficé Orçamental	6	3.2
Prog. Recapitalização sistema Bancário	-3.9	0
Outras aquisições de activos financeiros ¹	5.2	1.2
Privatizações	0	0
2. Reembolsos	27.7	25.4
Bilhetes do Tesouro	14.5	14.5
Obrigações do Tesouro	6.6	8.3
PAEF	6.6	2.6
Outros		
Necessidades de Financiamento Brutas (1+2)	35.0	29.8
Fontes de financiamento		
Liquidez do Estado em Dezembro do ano anterior	12.4	9.7
Utilização de depósitos	2.7	0
Executado		
Obrigações do Tesouro	12.4	
Instrumentos de dívida no retalho	2.2	
Outros		
PAEF		
Por executar		
PAEF		
Obrigações do Tesouro	5.6	5.8
Bilhetes do Tesouro (expectativa de rollover de saldo)	14.5	14.5
Instrumentos de dívida no retalho		
Recurso a financiamento adicional	-2.4	9.5
Disponibilidade de depósitos no final do ano	9.7	9.7

Fonte: IGCP, BPI, Bloomberg

Nota: ¹ Inclui financiamento de outras entidades públicas no âmbito da Ad. Pública (EP's e regiões), participação no MEE, empréstimo ao Fundo de Resolução em 2014, com maturidade em 2016 e resgate de CoCos 2013-17.

TEMAS EM DESTAQUE

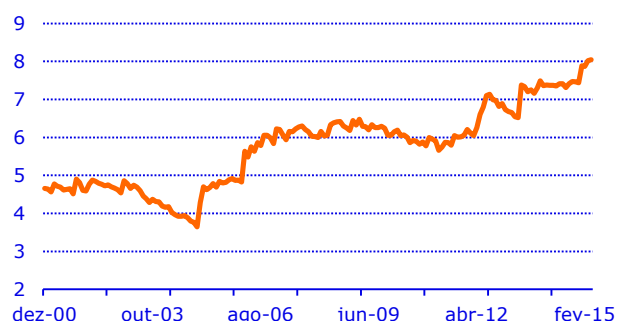
PORTUGAL - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO E PERFIL DA DÍVIDA PÚBLICA (cont.)

tem vindo a reflectir-se no aumento da vida média da dívida pública, que em Abril se situava em cerca de 8 anos, mais 2 anos do que no mesmo período de 2011.

□ Relativamente ao actual perfil de maturidade da dívida de MLP, é de ter presente a sua possível alteração, nos anos mais próximos dada a perspectiva do reembolso antecipado de cerca de 8.3 mil milhões de euros de dívida ao FMI até 2017 (montantes englobados na rubrica "Empréstimos" no gráfico supra). Possivelmente parte desta operação ocorrerá ainda este ano. E à semelhança do ocorrido aquando do primeiro reembolso antecipado (6.6 mil milhões de euros em Março), a amortização antecipada das restantes tranches deverá ser financiada pela emissão de dívida de médio e longo prazo, alargando a vida média da dívida pública, e/ou pela utilização da almofada de liquidez do estado.

Maturidade Média Dívida Pública

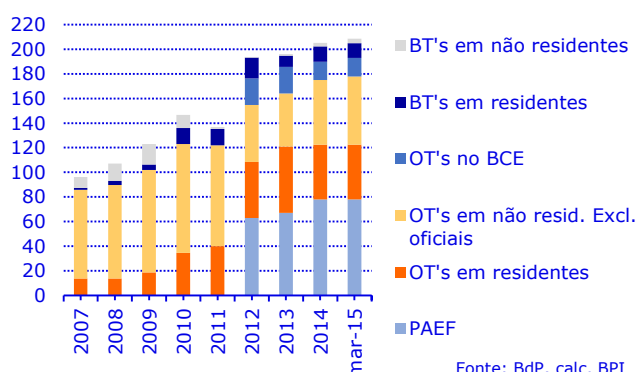
(anos)



Fonte: IGCP

Dívida por detentor

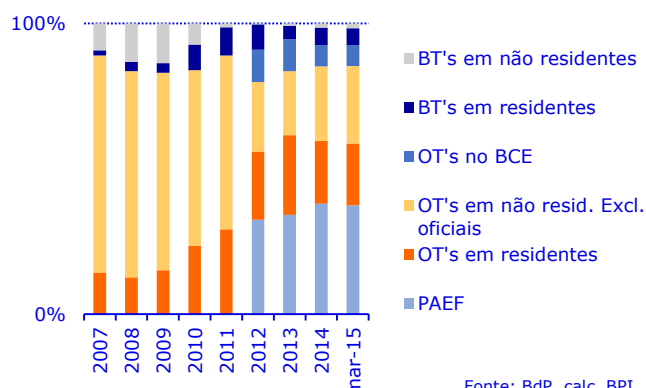
(mil milhões de euros)



Fonte: BdP, calc. BPI

Dívida por detentor

(em % do total)



Fonte: BdP, calc. BPI

□ De acordo com o Banco de Portugal, em Março de 2015 a dívida pública portuguesa (titulada e PAEF) ascendia a 208.4 mil milhões de euros, da qual 73% é detida por não residentes, acima dos 61% observados em 2011, aquando da assinatura do Programa de Assistência Económica e Financeira; em 2007, antes da crise financeira internacional, a percentagem era de 84%. Na distribuição por detentor salienta-se ainda o facto da proporção de dívida detida por investidores não residentes e não oficiais vir a aumentar desde 2013, mantendo-se, contudo, ainda muito abaixo do que se observava nos anos antes da crise. Em Março de 2015, a proporção de dívida de MLP detida por não residentes não oficiais era de 27%, o que compara com níveis acima de 70% em 2007.

□ Dos 73% detidos por não residentes, 37% refere-se aos empréstimos ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira e 27% está na posse de investidores estrangeiros e o restante estará na posse do BCE, admitindo que este tem em carteira cerca de 15 mil milhões de euros compradas ao abrigo do SMP.

A AUSTERIDADE NO BRASIL

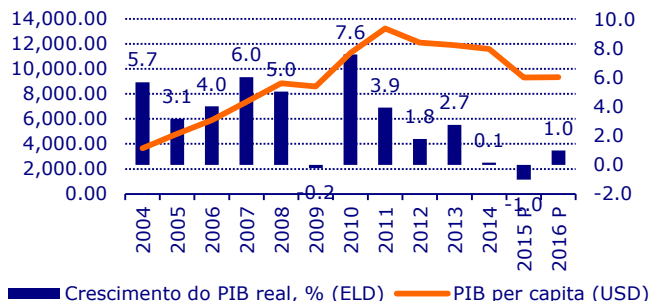
□ O crescimento económico no Brasil esvaneceu-se nos últimos anos. Depois de ter resistido relativamente bem à crise financeira, o crescimento tem vindo a desacelerar consideravelmente. Em 2014, a actividade económica praticamente estagnou, apresentando uma taxa de crescimento de apenas 0.1% no ano, um desempenho considerado pouco razoável para uma economia emergente. Já para 2015, as perspectivas apontam para que a economia brasileira entre em recessão. Estes resultados evidenciam as fragilidades da economia brasileira, que se manteve excessivamente dependente do crescimento do consumo interno e de um contexto externo favorável (com preços de matérias primas elevados e uma crescente procura por parte da China), adoptando simultaneamente políticas que desencorajaram o investimento. Mas confrontando-se com pressões internacionais e internas, as autoridades parecem agora estar determinadas em implementar políticas mais ortodoxas, que porém deverão ter um impacto adverso sobre a economia no curto prazo. Como será que a economia brasileira irá responder a esta nova austeridade?

□ De facto, as políticas intervencionistas de estímulo da procura interna, baseadas na promoção do consumo através de políticas fiscais e quase-fiscais (promoção do crédito através de bancos públicos) expansionistas e condições monetárias acomodatórias, acabaram por desencadear pressões inflacionistas e vulnerabilidades fiscais, que por seu turno desencadearam uma progressiva deterioração do sentimento dos investidores, conduzindo a uma persistente redução do investimento. Ao mesmo tempo, as políticas públicas parecem ter falhado na implementação de reformas do lado da oferta, direccionadas para aumentar a competitividade da economia, tais como atrair investimento privado para desenvolvimento de projectos de infra-estruturas, integração das suas indústrias nas cadeias de valor globais, e implementação de reformas fiscais direccionadas para simplificar um sistema fiscal complexo e de reformular políticas de determinação de salários e pensões mais sustentáveis. Mais recentemente, o envolvimento da Petrobras (empresa petrolífera controlada pelo Governo) num escândalo de corrupção que envolveu altos dirigentes políticos e de grandes empresas, também deverá contribuir para descredibilizar as instituições brasileiras e alimentar a queda de confiança dos investidores. Relativamente ao sector externo, não obstante a desvalorização do real, o Brasil tem vindo a apresentar perdas de competitividade externa que se traduziram num agravamento do saldo da balança de bens, que em 2014 apresentou o primeiro défice dos últimos 14 anos de USD 3.9 mil milhões.

□ Perante este cenário, a Presidente Dilma, recentemente eleita por uma margem mínima, foi forçada a dar fortes sinais aos mercados e investidores de que o actual executivo está determinado em inverter as suas políticas económicas, de forma a atrair investimento e evitar perder a importante notação de *rating* de investimento. Um primeiro sinal foi dado com a escolha de um Ministro das Finanças com uma orientação mais conservadora, que se comprometeu a restaurar a necessária disciplina fiscal e aumentar os saldos primários, depois de em 2014, o governo ter apresentado

Crescimento do PIB real e per capita

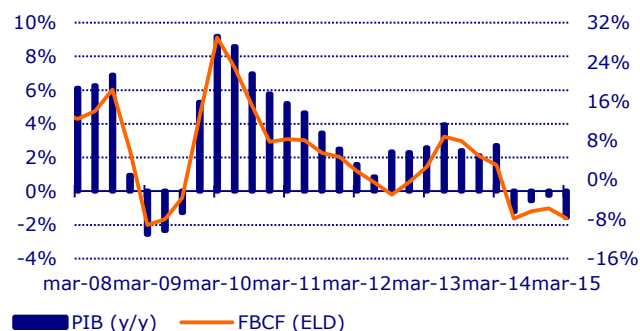
(USD; percentagem)



Fonte: FMI (Abril 2015)

Investimento e crescimento trimestral do PIB

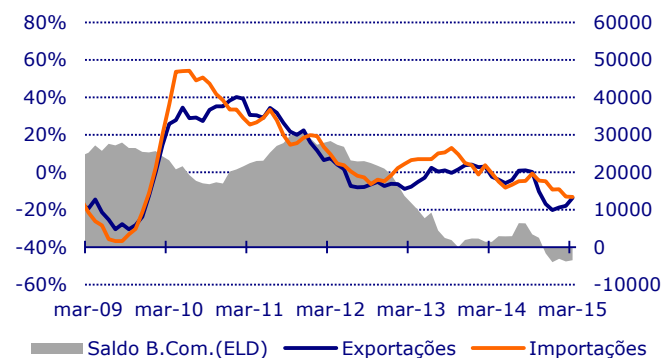
(variação homóloga)



Fonte: IBGE

Balança comercial

(t.v.h. média de 3 meses; acumulado 12 meses em milhões USD)



Fonte: BCB

TEMAS EM DESTAQUE

A AUSTERIDADE NO BRASIL (cont.)

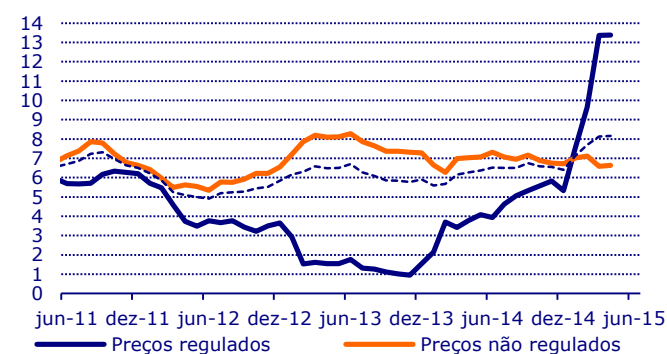
pela primeira vez em mais de dez anos um saldo primário negativo de cerca de -0.63% do PIB. Por sua vez, o governo decidiu proceder a um ajustamento significativo nos preços regulados, ou seja, a reduzir subsídios que tinham contribuído para manter os preços de determinados bens artificialmente baixos (nomeadamente preços de transportes e de energia). O resultado foi uma subida da taxa de inflação para patamares excessivos (8.2% y/y em Abril vs. taxa média de 6.3% em 2014) e bastante acima do intervalo definido pelo Banco Central (de 4.5% +/- 2%), o que forçou o Banco Central a proceder com um ajustamento considerável nas taxas de juro de referência de forma a conter a forte escalada da inflação (a taxa Selic foi alvo de sucessivos aumentos, tendo subido de 7% em meados de 2013 para 13.75% em Junho de 2015).

□ O que se pode então esperar da economia brasileira em 2015? Por um lado, a pressão sobre o aumento dos preços deverá manter-se em 2015, e por isso o Banco Central deverá ser forçado a continuar com os ajustamentos de política monetária de forma a conseguir trazer a taxa de inflação para o objectivo de 4.5%. Ao mesmo tempo, o Governo parece comprometido a adoptar uma política fiscal menos expansionista de forma a restaurar a credibilidade que tem vindo a se perdida nos últimos anos perante os investidores internacionais. Mas num contexto de políticas restritivas, no âmbito das finanças públicas (face ao objectivo de obter um excedente primário de 1.2% do PIB em 2015, e de pelo menos 2% do PIB em 2016-17), e de uma política monetária cada vez mais restritiva, a economia brasileira terá certamente dificuldades em evitar uma recessão em 2015. A actividade económica deverá também ser arrastada pelos cortes de investimento da Petrobras (dado que a empresa se encontra fortemente endividada e constrangida em termos de liquidez na sequência do escândalo de corrupção) e pelos efeitos da seca na produção energética. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, a economia brasileira deverá contrair 1% em 2015, mas a instituição acredita que uma boa implementação destas políticas deve contribuir para reforçar a confiança dos investidores e para sustentar uma retoma do crescimento económico imediatamente em 2016. Contudo, previsões de várias instituições financeiras e supranacionais apontam para uma contracção do PIB ainda mais acentuada em 2015, sendo que estas projecções têm vindo a ser revistas em baixa sucessivamente, em conformidade com as expectativas de subida das taxas de juro de referência. Na realidade, as opiniões são relativamente unânimes de que não existe espaço para que se implementem políticas de estímulo da procura, sublinhando-se a necessidade de se adoptarem ajustamentos que restaurem a credibilidade do país, ao mesmo tempo que se prossegue com reformas do lado da oferta que possam suportar aumentos de produtividade no médio prazo. Contudo, é necessário sublinhar que este tipo de ajustamento levará sempre o seu tempo para que se reflita em resultados efectivos na actividade económica, sendo provável que a economia demore a recuperar.

□ Neste contexto, a política cambial poderia ter um papel fundamental neste processo de ajustamento do sector externo. O real desvalorizou significativamente em relação ao USD (cerca de 10% durante 2014 e 18% desde o início de 2015), mas face ao diferencial de inflação, esta desvalorização não se traduziu em ganhos de competitividade (note-se que a desvalorização na taxa de câmbio real efectiva foi de facto muito menos acentuada, tal como se pode verificar no gráfico). De facto, o real ainda está sobreavaliado tanto em termos dos preços relativos das exportações e das importações como em termos de

Inflação- Preços regulados e não regulados

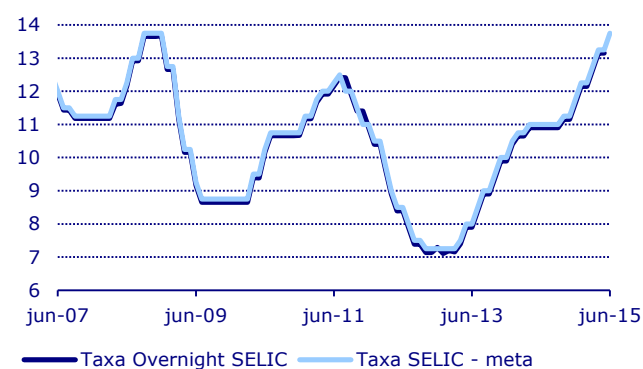
(tx variação y/y)



Fonte: BCB

Taxa directora de Política Monetária

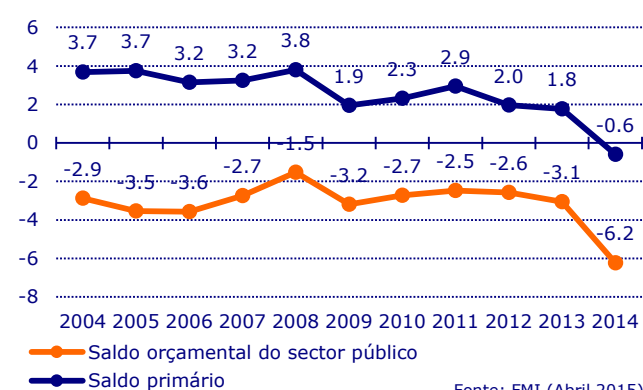
(percentagem)



Fonte: BCB

Evolução dos saldos do Sector Público Consolidado

(% do PIB)



Fonte: FMI (Abril 2015)

A AUSTERIDADE NO BRASIL (cont.)

paridade de poder de compra, existindo portanto margem para que uma perda adicional de valor da moeda permita acelerar o processo de ajustamento da balança comercial.

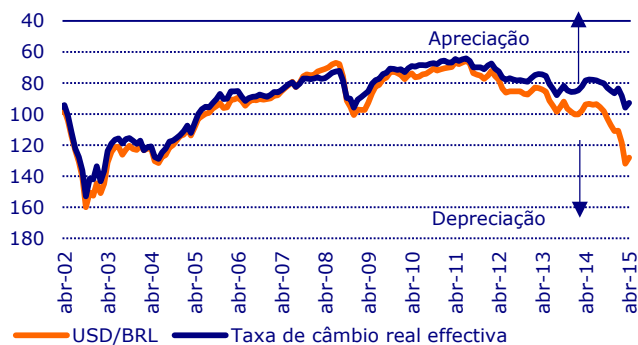
□ Em relação aos riscos, deve-se considerar que o contexto externo é agora bastante menos favorável, em comparação com a posição em que se encontrava depois da crise internacional financeira. Recorde-se que depois da crise de 2008, o Brasil beneficiou do forte crescimento da economia da China (que sustentou uma subida nos preços internacionais das principais *commodities*), do relaxamento das políticas monetárias nas economias avançadas que fomentou a entrada de elevados fluxos de capitais no país, para além de internamente ter conseguido adoptar políticas económicas contracíclicas. Mas desta vez, o contexto que se espera é essencialmente o oposto, com a economia chinesa a desacelerar, os preços das *commodities* a caírem, a Fed a preparar-se para subir as taxas de juro, e o contexto interno a requerer a adopção de políticas restritivas.

□ Internamente o cenário também se tem complicado, com o descontentamento das massas populares a traduzir-se em diversas manifestações, traduzindo o seu desapontamento em relação à credibilidade das suas instituições (no seguimento do escândalo da Petrobras), num contexto de subida considerável do desemprego. Relativamente à implementação da política fiscal, a verdade é que se o crescimento ficar ainda abaixo do esperado, as metas definidas poderão ser difíceis de alcançar, porque as receitas podem ficar aquém do esperado, para além de que algumas das reformas fiscais recentemente apresentadas pelo governo carecem de aprovação do congresso.

□ Ainda assim, a verdade é que a percepção de risco em relação ao Brasil tem melhorado nos últimos meses, e isso traduziu-se nomeadamente numa estabilização do câmbio face ao USD, depois da forte depreciação. Para além disso, não nos podemos esquecer das enormes potencialidades de um país como o Brasil, com um mercado interno amplo e uma riqueza indiscutível em recursos naturais e que conseguiu reduzir fortemente as enormes desigualdades sociais e níveis de pobreza. Para além disso, a dívida pública ainda é considerada sustentável, as reservas internacionais são elevadas, e a desvalorização do real pode ajudar neste processo de ajustamento.

Taxa de câmbio nominal e real efectiva

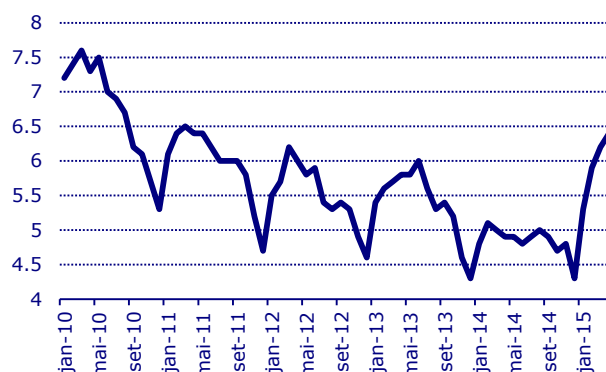
(índice 2002=100)



Fonte: Banco Central do Brasil

Taxa de desemprego

(percentagem)



Fonte: BCB

Principais Indicadores Macroeconómicos

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 P	2016 P
PIB preços correntes (USD mil milhões)	1666.8	2209.3	2613.1	2412.0	2391.0	2353.0	1903.9	1927.7
PIB per capita (USD PPP)	8611.8	-11300.7	13237.6	12106.0	11893.7	11604.5	9312.4	9353.9
PIB real (variação %)	-0.2	7.6	3.9	1.8	2.7	0.1	-1.0	1.0
Procura Interna (variação, %)	-0.2	10.7	3.6	1.0	3.4	-0.1	-1.2	0.8
Consumo (variação, %)	1.4	8.5	3.4	2.2	2.8	1.6	-0.1	0.5
Formação Bruta de Capital (variação, %)	-6.7	21.3	4.7	-4.0	6.2	-7.0	-6.0	2.5
Exportações de bens (% PIB)	9.4	9.4	10.3	10.8	10.8	10.3		
Importações de bens (% PIB)	7.9	8.5	9.1	9.9	10.7	10.5		
Exportações de bens e serviços (variação em volume, %)	-16.9	37.0	8.9	-2.3	8.6	-2.5	-3.8	1.2
Importações de bens e serviços (variação em volume, %)	-10.8	9.5	2.9	-0.3	3.1	-1.9	7.9	5.2
Conta Corrente (% PIB)	-1.5	-2.1	-2.0	-2.2	-3.4	-3.9	-3.7	-3.4
Dívida Externa (% PIB)	22.3	21.5	21.1	25.6	28.9	32.3	40.9	42.7
Saldo orçamental do Sector Público n/Financeiro (% PIB)	-3.2	-2.7	-2.5	-2.6	-3.1	-6.2	-5.3	-4.7
Saldo primário do Sector Público n/Financeiro (% PIB)	1.9	2.3	2.9	2.0	1.8	-0.6	1.2	2.0
Taxa de desemprego (%)	8.1	6.8	6.0	5.5	5.4	4.8	5.9	6.3

Fonte: FMI (Abril de 2015) e IIF.

TEMAS EM DESTAQUE

ACORDO DE PARCERIA TRANSATLÂNTICA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO

- A União Europeia e os Estados Unidos da América estão a negociar um tratado de comércio, denominado “Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento”. Na sequência da publicação dos principais conteúdos do acordo, tem-se desenvolvido um intenso debate público relativamente às vantagens e desvantagens de se prosseguir com esta parceria.
- Este acordo caracteriza-se essencialmente por ser mais abrangente do que um tradicional tratado de livre comércio, dado que pretende não só facilitar a livre circulação de bens e serviços, mas também contribuir para aproximar os respectivos quadros regulatórios, de forma a permitir que se aprofundem as relações de investimento entre os parceiros. Mais especificamente, o acordo assenta em 3 pilares: (i) remoção ou redução das barreiras tarifárias ao comércio e investimento; (ii) redução das barreiras não tarifárias através de convergência regulatória (*red tape costs*); (iii) inclusão de uma componente legislativa (*rule-making*) para assuntos relacionados com a propriedade intelectual, concorrência, legislação laboral e ambiente. O facto de este acordo ser bastante mais abrangente coloca também desafios e obstáculos adicionais no processo de conciliação de divergências entre as partes ou entre os diferentes agentes económicos. Para além das dúvidas relativamente aos benefícios económicos que poderiam advir deste acordo, num contexto em que as tarifas ao comércio entre as duas partes já são relativamente baixas, as principais críticas têm surgido no âmbito dos receios que com a harmonização das regulamentações se reduzam os critérios de protecção dos consumidores, do serviço público e da protecção do ambiente.
- Entre os principais argumentos apresentados pelos organismos que defendem o aprofundamento da cooperação comercial entre os EUA e a União Europeia destacamos os seguintes. Em termos políticos e geoestratégicos, dado que estamos perante os dois maiores blocos mundiais, que em termos agregados representam cerca de 46% do PIB mundial, considera-se que este tipo de harmonização regulatória poderia beneficiar ambas as economias, e servir como padrão para se estabelecerem melhores práticas a nível global (nomeadamente no contexto da ascensão da China no comércio global). Ainda que se possa questionar se este tipo de acordo não faria mais sentido se fosse elaborado no âmbito da Organização Mundial do Comércio, as recentes experiências mostraram que um acordo deste tipo a nível multilateral se revela bastante mais complexo (insucesso das negociações de Doha).
- Relativamente aos benefícios económicos, o principal estudo elaborado para a Comissão Europeia¹ estima que os benefícios económicos, num cenário ambicioso (ou seja, assumindo como pressuposto que as barreiras tarifárias são eliminadas e as barreiras não tarifárias reduzidas em cerca de 25%) conduziria a um crescimento do PIB da UE em 0.5% até 2027.
- Mas ainda que possam existir algumas dúvidas quanto à quantificação dos benefícios económicos, as principais controvérsias do acordo decorrem dos conteúdos relacionadas com a harmonização regulatória e legislativa. A primeira diz respeito aos receios de que com o acordo os padrões de protecção dos consumidores e do ambiente sejam reduzidos (o que resulta do facto de por exemplo regulamentações relacionadas com a venda de produtos alimentares com hormonas ou geneticamente modificados terem restrições mais elevadas na UE, comparativamente aos EUA). Contudo, este tem sido um argumento diversas vezes desmentido pelas autoridades da Comissão Europeia que garantem que no caso de haver convergência, os standards de preferência passarão a ser os mais elevados.
- Outra das grandes discussões em torno deste acordo prende-se com a inclusão da cláusula de ISDS (Investor-state dispute settlement), que consiste no mecanismo de resolução de conflitos entre os investidores estrangeiros e os Estados através de tribunais de arbitragem. Resumidamente, esta legislação (que já está incorporada em diversos acordos bilaterais de investimento) pretende proteger as empresas estrangeiras de um possível tratamento injusto por parte dos Governos locais, definindo que o tratamento dado aos investidores estrangeiros deve ser o mesmo que aos investidores locais, e que um Governo não pode expropriar a propriedade privada de um investidor privado sem pagar uma compensação por isso. Como resultado, desenvolveram-se receios de que estas regras não deixem espaço legislativo suficiente para que os Governos actualizem as suas legislações por exemplo em termos ambientais ou de segurança e saúde, argumento que resulta do facto de terem surgido diversos casos em que os Governos foram obrigados a cobrir compensações exageradas a grandes multinacionais. A implementação deste mecanismo de forma inadequada e pouco transparente (na escolha de árbitros, na possibilidade de recurso, na forma de interpretação da legislação ou no sigilo relativamente às decisões) de facto tem levado a que se acredite que este mecanismo acaba por simplesmente beneficiar as grandes empresas. Contudo deve-se reconhecer que as instituições europeias se têm mostrado bastante proactivas para que as regras sejam revistas de forma a dar resposta a estas preocupações e eliminar qualquer ambiguidade relativamente à capacidade de os Governos legislar, o que deverá incluir por exemplo uma nova forma de selecção dos árbitros e a inclusão da possibilidade de recurso.

¹ Center for Economic Policy Research (2013): *Reducing Transatlantic Barriers to Trade and Investment*

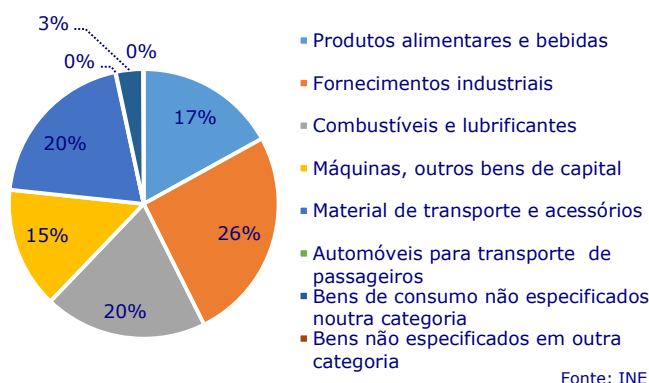
ACORDO DE PARCERIA TRANSATLÂNTICA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO (cont.)

□ Quanto aos possíveis benefícios para Portugal, numa recente conferência que ocorreu em Lisboa para promover o diálogo relativamente à parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) (na qual participaram stakeholders de vários sectores, assim como representantes da Comissão Europeia, Parlamento Europeu e do Governo de Portugal), foram sublinhados os seguintes pontos:

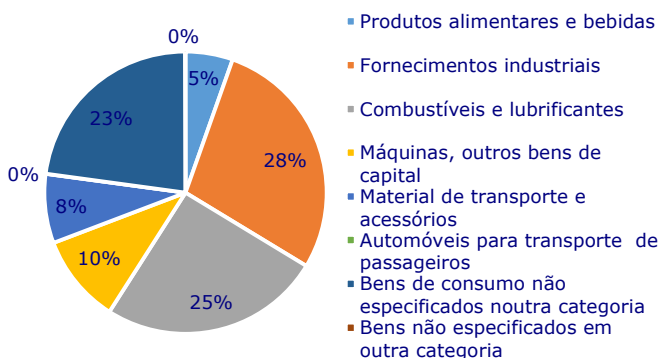
- Um estudo internacional encomendado pelo Governo (com o apoio da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento) sugere que o acordo comercial entre os EUA e a UE terá um impacto na economia portuguesa de cerca de 0.66% do PIB.
- Os desenvolvimentos recentes no comércio tradicional evidenciam o crescimento das exportações de Portugal para os EUA, que nos últimos meses ultrapassou Angola como principal destino das exportações fora da UE.
- Considera-se que para Portugal os efeitos da eliminação dos direitos aduaneiros ainda existentes são bastante importantes, dada a concentração das exportações para os EUA na indústria transformadora. Isto permitiria também a Portugal beneficiar de forma mais imediata com este acordo do que os restantes países da UE (por exemplo o sector dos têxteis e vestuário representa 15.5% das exportações portuguesas para os EUA, onde a redução dos direitos aduaneiros deverá ser significativa).
- Para além disso, considera-se que em relação à eliminação das barreiras não tarifárias, serão as PME que beneficiarão mais com este acordo, não só pelo facto de serem os sectores tradicionais que mais beneficiam da redução de direitos aduaneiros, mas também porque as pequenas empresas são as que têm menor capacidade para responder aos custos burocráticos/regulatórios.
- Referiram-se também factores geoestratégicos (posição geográfica favorável), o facto de nos EUA existir uma apetência considerável por produtos de qualidade e que Portugal tem potencial para oferecer, e finalmente, o facto de a enorme dimensão do mercado norte-americano ser também um factor diferenciador.

Distribuição do tipo de produtos que Portugal Importa dos EUA

(nº assentos parlamentares)



Distribuição do tipo de produtos que Portugal Exporta para os EUA



Principais Produtos que Portugal exporta para os EUA

(peso no total das exportações de bens para os EUA)

Coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	25.4%
Produtos químicos	10.9%
Madeira e cortiça e suas obras (excepto mobiliário)	7.9%
Produtos têxteis	7.3%
Produtos alimentares e bebidas	5.4%
Pasta, papel e seus artigos	5.3%
Máquinas e equipamento, n.e	5.1%
Artigos de borracha e de matérias plásticas	3.8%
Outros produtos minerais não metálicos	3.8%
Máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.	3.6%
Outro material de transporte	3.5%
Artigos de vestuário e de peles com pêlo	2.6%
Mobiliário; outros produtos das indústrias transformadoras, n.e.	2.6%
Produtos metálicos transformados, excepto máquinas e equipam.	2.3%
Couro e peles sem pêlo, artigos de couro e de peles sem pêlo	2.2%
Equipamento e aparelhos de rádio, de televisão e de comunicação	2.2%
Metais de base	1.8%
Aparelhos e instrum. médico-cirúrgicos, de precisão, de óptica e de relojoaria	1.7%
Veículos automóveis, reboques e semi-reboques	1.2%
Minérios metálicos	0.6%
Outros	0.8%

Fonte: INE.

